

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/04/2020 a 30/04/2020

Indexação: "Reforma Administrativa"

Documento 1/3

| | |
|-----------------------------------|--|
| 41.2020 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/04/2020- CD 23:08 |
| Publ.: DCD - 4/2/2020 270 | - PAULO GANIME-NOVO -RJ |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Importância da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2020, sobre a instituição de regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente da pandemia de coronavírus. Urgente necessidade de pagamento, pelo Governo Federal, do auxílio pecuniário concedido a trabalhadores informais, autônomos e famílias carentes, em face da pandemia de coronavírus. Defesa da redução de gastos públicos; de realização da reforma administrativa; de aprovação da proposta de emenda à Constituição emergencial e do Plano Mansueto.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - É raro, mas de vez em quando eles acertam. Então, nesses momentos nós temos que ficar de acordo.

Sr. Presidente, nós temos visto aqui últimas semanas, em especial com relação ao coronavírus e à participação no Plenário virtual, muito mais convergência nesta Casa que divergência. Temos sido bastante coerentes trabalhando em prol do Brasil, e acho que esse é o objetivo. E essa PEC tem esse objetivo.

Quando eu solicitei que não votássemos hoje o primeiro turno não era por ser contrário à PEC. Acho que é um entendimento comum da maioria dos partidos e da maioria dos Parlamentares presentes no sentido de que essa PEC é importante. Ela consegue aliviar o Orçamento da União e do Governo para que possamos fazer as medidas necessárias. E muitas dessas medidas que partiram desta Casa e foram aprovadas aqui, como o "voucher coronavírus", como muitos estão chamando, permitem, sim, ajudar as famílias mais necessitadas neste momento - famílias essas que não só são as que mais necessitam, mas também as que vão necessitar do dinheiro com



mais urgência.

Então, essa preocupação é comum. Sabemos que para isso precisamos fazer esforços que normalmente não gostaríamos de fazer, pois gostaríamos que o País não se endividasse, que o País não deixasse de ter receitas e também que não tivesse despesas que numa situação comum não deveria ter, mas este é um momento de guerra - e assim esta PEC está sendo chamada -, e, em momentos como este, o próprio mercado, que geralmente nós defendemos como solução de boa parte dos problemas, não está atuando. E, como disse o meu colega e amigo Marcel Van Hattem: *"Quando o mercado não atua, o Governo, sim, precisa atuar, precisa participar."*

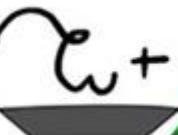
E este é o momento que requer essa participação do Estado na economia e na saúde, setor em que o Estado tem que participar de forma constante.

Sr. Presidente, eu sei que a urgência é dar dinheiro para os mais necessitados e dar condições para que o Governo consiga fazer isso, e a única coisa que eu gostaria de solicitar a esta Casa e a V.Exa. é que observássemos que está chegando o momento de nós sabermos de onde vamos cortar despesas. Nós precisamos começar a cortar despesas, porque senão o endividamento que estamos criando agora, com essa restrição de receitas, não vai ver sustentável a médio e longo prazos e até mesmo a curto prazo.

Por isso, já propusemos - e vamos continuar propondo e inclusive apresentamos emendas nesse sentido - que nós possamos, neste momento, encontrar recursos para pagar aqueles mecanismos que estamos criando para ajudar a população, principalmente a mais carente, mas também as empresas a manterem os empregos, de modo que os trabalhadores tenham alguma renda.

Acho que nós estamos no momento também de encontrar onde podemos fechar a torneirinha e onde podemos reduzir despesas do Estado. Pode ser de forma temporária, com medidas mais radicais para o momento que se pede. Pode ser, por exemplo, com a nossa contribuição, de Parlamentares e também dos servidores públicos, com as despesas que temos com salários - sim, devemos abrir mão de salário, como o pessoal da iniciativa privada está fazendo.

Funcionário público não é a base na pirâmide. Pelo contrário, funcionário público é o topo, infelizmente, da pirâmide brasileira. Infelizmente! A população brasileira ganha mal. Um salário mínimo é algo que poucas pessoas no Brasil ganham e, ainda assim, é muito pouco, nós sabemos disso. Então, quem ganha 6 mil reais, quem ganha 10 mil reais e, principalmente, quem ganha 30 mil reais é, no Brasil, sim, privilegiado. Infelizmente, mas essa é a realidade do nosso



País.

Acho que, com isso, nós precisamos dar a nossa contribuição, cortando, quem sabe também, cota de gabinete, verba de gabinete e todo o resto com que nós possamos contribuir neste momento de crise.

E devemos também pensar nas reformas necessárias para o futuro, como a reforma administrativa, a PEC Emergencial, o Plano Mansueto, que está aí para ser votado, e tantas outras que vão permitir que nós tenhamos mais fôlego. O Estado é pesado, e neste momento ele precisa ser pesado para enfrentar a crise, mas ele não pode ser pesado para sempre. Do contrário, nós não vamos conseguir voltar a crescer e ter um País cuja população consiga se sustentar por conta própria, e sim através do Estado, como acontece neste momento atual de crise. E, se isso perdurar para sempre, nem o Estado vai conseguir sustentar; o Estado vai acabar com seus recursos. Afinal, os recursos não são infinitos e precisam ser encontrados em algum lugar, inclusive, reduzindo despesas.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 2/3

50.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/04/2020-
CD 16:56

Publ.: DCD - 4/17/2020 -
87

DARCI DE MATOS-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Líder Diego Andrade. Congratulações ao Presidente Rodrigo Maia pela condução dos trabalhos da Casa. Acerto da aprovação pela Casa de proposições destinadas ao amparo dos trabalhadores, das pequenas e microempresas diante da pandemia de coronavírus, e de medidas de retomada do crescimento do setor produtivo nacional. Importância da aprovação da Medida Provisória nº 905, de 2019, sobre a instituição do Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e a alteração da legislação trabalhista brasileira. Necessidade de realização da reforma administrativa. Importância da conciliação entre as medidas de combate ao coronavírus e a volta ao trabalho.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Como Líder. Participação por videoconferência. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer ao meu Líder Diego Andrade, do PSD, que me deu a possibilidade de falar em nome da Liderança e quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos do Parlamento, pela liderança da



votação de projetos fundamentais para o Brasil, para fazermos frente a essa crise de saúde e sobretudo a essa crise econômica.

Sr. Presidente, afirmo categoricamente que estamos votando uma série de projetos fundamentais, projetos que - não poderia ser diferente - endividam o nosso País. É preciso repassar recursos.

Nós estamos socorrendo os trabalhadores e estamos socorrendo os empregadores. Daqui a pouco, com certeza, vamos votar o projeto que trata de financiamento especial para as microempresas, que são fundamentais, porque representam praticamente 60% dos postos de trabalho do Brasil. Trata-se de projeto do Senador Jorginho Mello.

E não poderia ser diferente, porque nós vamos chegar a pouco mais de 2% do PIB de investimentos de recursos da União para manter a nossa economia e para fazer frente ao coronavírus, enquanto outros países passam 15% de investimento do seu PIB. No Reino Unido, chega a 17%. Muito bem, mas nós precisamos começar a pensar, Sr. Presidente, sob a sua liderança, em aprovarmos rapidamente, em nos debruçarmos sobre projetos que possam criar para que o setor produtivo condições de voltar a crescer, gerar postos de trabalho e aquecer a nossa economia.

Portanto, a Medida Provisória nº 905, de 2019, foi de fundamental importância, porque desburocratiza e moderniza as relações de trabalho dos empresários com os trabalhadores e abre uma porta de entrada ao mundo do trabalho, sobretudo para os nossos jovens. Ações como esta, sem dúvida alguma, ajudam a retomada do crescimento da nossa economia, como o projeto de financiamento para as microempresas e pequenas empresas, que têm sido as mais atingidas neste momento de isolamento.

Contudo, nós precisamos de ações para que a economia possa ser retomada, e com certeza absoluta, Sr. Presidente, precisamos tocar daqui a pouco a reforma administrativa, fundamental para o Brasil, porque nós não podemos pensar somente em gastar. Nós precisamos economizar, nós precisamos enxugar a máquina, nós precisamos fazer com que a máquina possa ser mais célere e mais enxuta, para possa atender as demandas da nossa população. A reforma administrativa é uma reforma de fundamental importância, porque propõe que se faça economia em nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, quero poder afirmar que fico preocupado. No momento difícil por que passa o Brasil, a esquerda tinha que ser um pouco mais propositiva, porque propor panelaço com bandeira de "*Fora, Presidente!*" não contribui, não ajuda. Neste momento de crise, o nosso partido é o Brasil. A direita, a esquerda, o centro, todos nós temos que estar juntos, e esta é a forma como V.Exa. está



conduzindo o Parlamento brasileiro. Nós precisamos agir com muita responsabilidade, com muita seriedade, com muito equilíbrio. Precisamos juntar forças, para podermos vencer este momento tão difícil.

E é possível salvarmos vidas. Temos que salvar as vidas do povo brasileiro isolando os idosos, isolando as pessoas de risco, seguindo as orientações médicas e científicas. Contudo, a economia precisa voltar a girar, a economia precisa voltar a crescer, porque neste momento estamos socorrendo os informais, socorrendo as empresas, socorrendo os trabalhadores, mas isso tudo passa.

Daqui a pouco, daqui a 2, 3, 4 ou 6 meses, lamentavelmente vamos ter milhões de desempregados. Especialistas afirmam que nós poderemos chegar à casa dos 20 milhões de desempregados. Isto, associado aos 38 milhões de brasileiros no mercado informal, é um cenário difícil, preocupante!

A Associação de Bares e Restaurantes do Brasil forneceu um dado que nos preocupa muito. Só neste setor, que tem 6 milhões de trabalhadores, poderão ser demitidos 50% de trabalhadores nos próximos meses.

Portanto, Sr. Presidente, neste momento, sob a sua liderança, nós precisamos juntar forças. A esquerda precisa esquecer essa posição radical de panelaço, de "*Fora, Presidente!*". Agora é o momento de nós pensarmos no Brasil. Agora é o momento de nós juntarmos forças, recuperar o nosso País, socorrer os pequenos e os informais, como estamos fazendo por meio dos projetos de lei que aprovamos. Esses, muitas vezes, não têm o que comer, são pessoas simples.

Portanto, eu quero encerrar as minhas palavras, Sr. Presidente, afirmando que o nosso partido, sob a liderança do Presidente Kassab e do nosso Líder Diego Andrade, estamos com esta posição: a posição de juntar forças, a posição de dar apoio a V.Exa. para que o Parlamento possa continuar tocando os projetos fundamentais para a retomada da economia do Brasil, a posição de dar apoio ao Presidente Bolsonaro para que este Governo possa enfrentar as grandes dificuldades que se avizinham.

Parabéns, Sr. Presidente!

Muito obrigado.



Publ.: DCD - 4/30/2020 - ALEXIS FONTEYNE-NOVO -SP
126

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Trabalho. Empenho da Câmara dos Deputados e do Governo Federal na preservação de empregos diante da pandemia de coronavírus. Anúncio de reedição da Medida Provisória nº 905, de 2019, sobre a instituição do Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e a alteração da legislação trabalhista brasileira. Importância de aprovação das Medidas Provisórias de nºs 927, de 2020, a respeito da adoção de medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19; 936, de 2020, referente à criação do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, e de medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de coronavírus; e 925, de 2020, sobre a adoção de medidas emergenciais em prol da aviação civil brasileira diante da Covid-19. Apresentação do Projeto de Lei nº 2.169, de 2020, acerca de alteração da Lei do Contribuinte Legal, com vista à instituição do Programa Especial de Regularização Tributária por força de Calamidade Pública. Urgente necessidade de retomada da discussão das reformas tributária e administrativa, e de realização de nova reforma trabalhista.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Como Líder. Participação por videoconferência. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Boa noite a todos.

Aproveito este momento de recuperação do sistema de votação para lembrar que será comemorado nesta semana o Dia Internacional do Trabalho, em 1º de maio. E aproveito para ressaltar todos os esforços que a Câmara e o Governo têm feito para preservar os empregos nesta fase tão difícil de pandemia.

Várias medidas provisórias foram apresentadas, e a Casa as está votando, sendo algumas delas importantes para a preservação direta dos empregos. Infelizmente, a MP 905, que nem se refere à pandemia, mas ajudaria, não avançou, e o Governo deve reeditá-la. Nós temos ainda as MPs 927 e 936, que já estão sendo usadas por muitas empresas para preservar os empregos, na forma de suspensão de contratos ou de redução de jornada.

Essas são realidades que estão acontecendo em muitas empresas, que não têm como deixar as pessoas trabalharem, até por questão de saúde, mas também não querem perder esse patrimônio, porque, na hora em que for retomada a atividade econômica, elas irão precisar



muito desses funcionários.

Gostaria da atenção dos senhores principalmente para a MP 925, que trata do setor aéreo. As aeronaves estão paradas no chão, mas o setor não pode demitir, de modo nenhum, porque a demissão de um piloto requer um retreinamento de mais de 40 dias. Se essas pessoas forem demitidas, na hora de os voos serem retomados não vai haver pilotos. Então, isso tudo é muito importante.

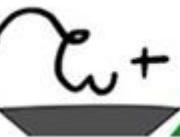
O Governo também editou algumas medidas provisórias importantes, tendo em vista a saúde financeira das empresas. Algumas empresas estão consumindo suas reservas e, na hora da reativação da economia, não terão como fazê-lo, porque simplesmente estarão sem capital de giro. Mas eu vinha falando isso desde o primeiro dia dessa pandemia. Mais importante do que oferecer crédito barato é diferir impostos, deixando os recursos com as empresas e dilatando o pagamento de tributos, porque a liquidez é muito importante.

Pensando nisso, Presidente, apresentei o Projeto de Lei nº 2.169, de 2020, que trata de um REFIS do corona, um REFIS dessa pandemia. Há empresas que não conseguirão crédito - nem todas conseguem obtê-lo -, pois sabemos que, na ponta, o gerente do banco vê que a empresa está fechada, sem faturamento, e então não lhe concede o crédito. Mesmo havendo essa linha barata, ninguém dá crédito a quem não vai conseguir honrá-lo. E o empresário, por seu lado, não vai se endividar se nem sabe se a atividade dele vai continuar e qual vai ser o tamanho da encrenca.

É muito importante que, nesse REFIS, coloquemos dispositivos para as empresas poderem usar seus créditos tributários no pagamento de dívidas. Isso porque, no Brasil, por incrível que pareça, a lei só vale para o lado do cidadão. Quando tem que valer o crédito tributário, que é para o Estado poder concedê-lo, não vale.

Nós vemos a Lei Kandir acumulando créditos tributários para todo lado, os quais não podem ser utilizados. A Lei Kandir acabou fazendo isso, e nós votamos recentemente a reedição dela. Não é possível que a lei valha só para um dos lados. Então, com esse REFIS as empresas vão poder fazer isso.

Sr. Presidente, sabemos da urgência dos projetos que estamos votando hoje. Por isso, é muito importante retomarmos as reformas estruturais, a reforma do sistema tributário, a reforma administrativa e novas reformas do sistema trabalhista. Por quê? Porque o sistema tributário vai tirar o Brasil rapidamente desse buraco. Ao invés da nossa curva ser em V, ela vai ser um L longo se continuarmos com uma estrutura antiga, ultrapassada, sendo um dos últimos países



no ranking do Doing Business, do Banco Mundial.

Portanto, Sr. Presidente, só para terminar, quero dizer que é importantíssima a retomada das reformas estruturais depois que votarmos essas matérias emergenciais e urgentes. As reformas vão recuperar a economia do Brasil e inserir o País de novo na economia mundial para gerar muitos empregos e salvar as empresas.

Presidente, muito obrigado pela concessão do tempo de Líder.
